

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**(Processo Administrativo nº 0902001/2026/CGL/ATM)**

### **1. OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à Internet com link dedicado em fibra óptica, link banda larga e aquisição de equipamentos de internet via satélite Starlink, incluindo antenas, roteadores e acessórios necessários, bem como a contratação do serviço de conectividade mensal nas modalidades planos fixo ilimitado e viagem ilimitado para serem utilizadas em localidades remotas no município e em veículos oficiais do município designados para atividades institucionais, visando atender às necessidades da Administração Municipal de Altamira/PA.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** Considerando que o objeto a ser contratado consiste na Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à Internet com link dedicado em fibra óptica, link banda larga e aquisição de equipamentos de internet via satélite Starlink, incluindo antenas, roteadores e acessórios necessários, bem como a contratação do serviço de conectividade mensal nas modalidades planos fixo ilimitado e viagem ilimitado para serem utilizadas em localidades remotas no município e em veículos oficiais do município designados para atividades institucionais, visando atender às necessidades da Administração Municipal de Altamira/PA, cuja natureza é comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, justifica-se a adoção da modalidade de licitação Pregão, no sistema de registro de preço, na forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, combinado com os artigos 82 e 86 da mesma lei, juntamente com o Decreto Municipal 2375, de 22 de março de 2023, o Sr. Loredan de Andrade Mello, Prefeito Municipal de Altamira/PA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 64, da Lei Orgânica do Município de Altamira decreta:

*Art. 64 - Para contratação de bens e serviços de natureza comum será utilizada obrigatoriamente a modalidade licitatória pregão, em sua via eletrônica .*

### **2.2. NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**2.2.1.** A contratação de serviços de acesso à internet com link dedicado em fibra óptica, simétrico, com garantia de banda de 100% e IP fixo, bem como os serviços de internet banda larga e internet via satélite, apresenta-se como medida de absoluta necessidade para atender às demandas tecnológicas, administrativas, sociais e estratégicas do Município de Altamira/PA. Essa necessidade decorre de múltiplos fatores, envolvendo a evolução da tecnologia da informação, a transformação digital da administração pública, a inclusão digital da população, a segurança da informação, a eficiência operacional e a conformidade legal, todos alinhados aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

### **2.3. GARANTIA DA CONTINUIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

**2.3.1.** A Administração Municipal depende, cada vez mais, de sistemas e ferramentas digitais para gerir os serviços públicos essenciais, como saúde, educação, planejamento urbano, finanças e comunicação institucional. O uso de sistemas em nuvem, portais de transparência, softwares de gestão municipal, integração com órgãos estaduais e federais e plataformas digitais de atendimento ao cidadão exige conectividade contínua, confiável e de alta capacidade, que não pode ser atendida por soluções de internet compartilhadas ou instáveis.

**2.3.2.** A internet tradicional compartilhada apresenta limitações de largura de banda, instabilidade em horários de pico e restrições de portas que impactam diretamente a execução das atividades diárias. Em

contrapartida, um link dedicado com velocidade simétrica, IP fixo e garantia mínima de 99,5% de disponibilidade assegura que os serviços municipais funcionem de forma ininterrupta, garantindo que dados, transações e comunicações sejam transmitidos sem perda de pacotes ou interrupções críticas. Esse nível de desempenho é essencial para atividades que demandam alta confiabilidade, como:

- I. Processamento de informações fiscais, contábeis e financeiras;
- II. Troca de dados com órgãos de controle e entidades federais;
- III. Operação de sistemas de saúde com dados sensíveis e integração com sistemas de telemedicina;
- IV. Funcionamento de sistemas educacionais digitais, incluindo ensino remoto e plataformas de aprendizagem online;
- V. Comunicação institucional via e-mails, videoconferências e ferramentas colaborativas.

**2.3.3.** Além disso, a administração pública deve garantir continuidade operacional, especialmente em situações de emergência ou demandas excepcionais, como atendimentos de saúde, gestão de calamidades ou serviços essenciais, nos quais qualquer interrupção da internet compromete diretamente a eficiência e a segurança das operações municipais.

## **2.4. MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA**

**2.4.1.** Contratação de serviços de internet dedicada, internet banda larga e serviços de internet via satélite fixo e em movimento, também se fundamenta na necessidade de modernizar a infraestrutura tecnológica do município, permitindo que os processos internos sejam mais eficientes, seguros e integrados. A utilização de fibra óptica como meio de transmissão é estratégica, pois oferece alta capacidade de banda, imunidade a interferências eletromagnéticas, baixa latência e escalabilidade, permitindo a expansão futura da rede sem necessidade de substituição do meio físico.

**2.4.2.** A modernização tecnológica impacta diretamente a eficiência administrativa, possibilitando:

- I. Redução de falhas e retrabalho em processos digitais;
- II. Otimização de sistemas de comunicação interna e externa;
- III. Maior confiabilidade na execução de contratos, pagamentos, emissão de notas e registros eletrônicos;
- IV. Implementação de soluções de monitoramento e gestão em tempo real;
- V. integração de diferentes setores da administração, permitindo decisões mais rápidas e baseadas em dados confiáveis.

**2.4.3.** Nesse sentido, a contratação de serviços em regime de registro de preços oferece flexibilidade para expansão ou adequação dos links conforme a evolução das demandas administrativas, sem a necessidade de realizar novas contratações a cada mudança de demanda, garantindo economicidade e previsibilidade orçamentária.

## **2.5. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CONFORMIDADE LEGAL**

**2.5.1.** A proteção de dados e a segurança da informação são aspectos centrais na necessidade da contratação. A Administração Municipal deve garantir que todas as transmissões de dados sejam seguras, estejam em conformidade com o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), prevenindo o uso inadequado de informações e protegendo os direitos dos cidadãos.

**2.5.2.** A contratação de um serviço com suporte 24/7, supervisão e gerenciamento da rede em tempo real permite:

- I. Identificação e mitigação de incidentes de segurança de forma imediata;
- II. Registro e monitoramento de acessos e tráfego de dados;
- III. Geração de relatórios gerenciais e de auditoria;
- IV. Manutenção preventiva e corretiva, garantindo a continuidade do serviço sem interrupções críticas;

- V. Cumprimento de políticas internas de segurança e regulamentações legais, evitando responsabilização da Administração por falhas de terceiros.

## **2.6. GARANTIA DE DESEMPENHO E SLA (SERVICE LEVEL AGREEMENT)**

**2.6.1.** A necessidade da contratação também se justifica pela exigência de níveis de serviço (SLA) rigorosos, que assegurem a qualidade e a disponibilidade da conexão. A Administração exige:

- I. Disponibilidade mínima de 99,5% no link dedicado;
- II. Monitoramento contínuo 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- III. Atendimento imediato a incidentes críticos, com início de suporte em até 2 horas e resolução em até 4 horas;
- IV. Permissão de manutenção preventiva e corretiva com aviso prévio, sem impacto nos indicadores de SLA.

**2.6.2.** Esses critérios garantem que a Prefeitura tenha previsibilidade e confiabilidade na prestação do serviço, minimizando riscos de interrupções que possam comprometer as atividades essenciais e a prestação de serviços à população.

## **2.7. EFICIÊNCIA ECONÔMICA E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA**

**2.7.1.** A contratação via registro de preços é medida que possibilita planejamento econômico adequado, evitando desperdício de recursos públicos e permitindo a administração da demanda conforme necessidades reais. Ao incluir todos os custos envolvidos – aluguel de equipamentos, manutenção, cabeamento, fornecimento de IP fixo e suporte técnico – a Administração assegura transparência, previsibilidade orçamentária e controle sobre os gastos, atendendo aos princípios de economicidade, eficiência e legalidade da Lei nº 14.133/2021.

**2.7.2.** Adicionalmente, a exigência de fornecimento de equipamentos em regime de comodato reduz custos diretos para a Prefeitura, evitando investimentos em infraestrutura que poderiam se tornar obsoletos rapidamente, promovendo sustentabilidade financeira e tecnológica.

## **2.8. RISCO DE NÃO CONTRATAÇÃO**

**2.8.1.** A não contratação dos serviços detalhados implicaria riscos significativos para a Administração, tais como:

- I. Interrupções frequentes nos serviços administrativos, afetando sistemas essenciais;
- II. Limitações na integração com órgãos estaduais e federais;
- III. Falhas em sistemas críticos de saúde e educação, com impacto direto na população;
- IV. Redução da inclusão digital, prejudicando o acesso a informações e serviços digitais;
- V. Vulnerabilidades de segurança da informação, aumentando riscos de incidentes e exposição de dados;
- VI. Ineficiência operacional e aumento de custos indiretos decorrentes de falhas na infraestrutura tecnológica.

**2.8.2.** Portanto, a contratação é medida imprescindível para garantir a continuidade, a confiabilidade e a modernização dos serviços municipais.

**2.8.3.** Em síntese, a necessidade e justificativa da contratação decorre de um conjunto de fatores interligados: a exigência de continuidade e qualidade nos serviços públicos, a modernização tecnológica da administração, a promoção da inclusão digital, a garantia de segurança da informação, o atendimento aos SLAs, a sustentabilidade financeira e a mitigação de riscos operacionais.

**2.8.4.** A contratação de link dedicado em fibra óptica, com IP fixo e garantia de banda, somada à contratação de serviços de internet via satélite de baixa órbita, representa não apenas um serviço de conectividade, mas

uma estratégia de gestão pública, alinhada às melhores práticas de governança, aos princípios da Lei nº 14.133/2021, ao Marco Civil da Internet e à LGPD, assegurando eficiência, inclusão, transparência e confiabilidade no atendimento à população de Altamira/PA.

## **2.9. DA ESCOLHA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

**2.9.1.** A opção pela modalidade de Registro de Preços (RP) para a contratação dos serviços de internet dedicada em fibra óptica e serviços de internet via satélite de baixa órbita, justifica-se pela necessidade de eficiência, economicidade, flexibilidade e planejamento estratégico na aquisição de serviços de telecomunicações para a Administração Municipal de Altamira/PA. O registro de preços é regulamentado pelo art. 7º, incisos I a III, da Lei nº 14.133/2021, permitindo que a Administração contrate de forma mais organizada, planejada e adaptável à demanda real de cada lote, evitando custos desnecessários e desperdícios de recursos públicos.

### **FLEXIBILIDADE E PLANEJAMENTO DA DEMANDA**

#### **2.9.2. A utilização do Registro de Preços possibilita à Prefeitura:**

- I. Contratação conforme necessidade real: o serviço pode ser solicitado em diferentes momentos ou quantidades, de acordo com a demanda efetiva, sem necessidade de nova licitação;
- II. Atendimento gradual e escalonado: permite iniciar a utilização de parte dos serviços, como o link dedicado para setores administrativos, enquanto o serviços de internet via satélite de baixa órbita é instalado progressivamente, sem comprometer a execução do contrato;
- III. Planejamento estratégico: possibilita alinhar a contratação com orçamento municipal, evitando sobrecarga financeira em períodos de menor disponibilidade de recursos;
- IV. Redução de desperdícios e compras emergenciais: evita a aquisição imediata e integral de serviços que poderiam não ser totalmente utilizados, garantindo maior racionalidade no uso do recurso público.

### **BENEFÍCIOS ECONÔMICOS**

#### **2.9.3. A adoção do Registro de Preços traz vantagens econômicas significativas:**

- I. Competitividade e economia: permite que múltiplas empresas participem do processo, estabelecendo preços de referência justos e competitivos;
- II. Previsibilidade de custos: o registro de preços define valores máximos por unidade de serviço, garantindo planejamento financeiro e evitando gastos excessivos;
- III. Redução de custos administrativos: evita a necessidade de licitações repetitivas para serviços semelhantes, reduzindo esforço burocrático e tempo de contratação;
- IV. Ajustes sem licitação adicional: possibilita aquisição de serviços adicionais ou complementares dentro do limite registrado, com menor impacto orçamentário e administrativo.

### **EFICIÊNCIA OPERACIONAL**

#### **2.9.4. Sob o ponto de vista operacional, o Registro de Preços proporciona:**

- I. Agilidade na contratação de serviços adicionais: caso haja necessidade de ampliar a cobertura de Wi-Fi ou aumentar a capacidade do link dedicado ou de links de internet via satélite, a Administração pode acionar os fornecedores registrados sem necessidade de nova licitação;
- II. Gestão simplificada: permite controle centralizado de solicitações, ordens de serviço e contratos, facilitando a fiscalização e acompanhamento do cumprimento dos SLAs;
- III. Padronização de serviços: os fornecedores registrados já atenderam aos requisitos técnicos e legais, garantindo uniformidade na prestação dos serviços;
- IV. Suporte técnico contínuo: o RP assegura que empresas com expertise comprovada possam atender rapidamente demandas emergenciais ou manutenção corretiva, sem interrupção de serviços críticos.

## **Sustentabilidade e Continuidade do Serviço**

**2.9.5.** O Registro de Preços contribui para a sustentabilidade e continuidade do serviço público de diversas maneiras:

- I. Contratação de fornecedores capacitados: apenas empresas que atendem às especificações técnicas e legais são registradas, garantindo confiabilidade na execução;
- II. Disponibilidade contínua: permite manutenção preventiva e corretiva organizada, assegurando que o link dedicado e a rede Wi-Fi permaneçam ativos e disponíveis;
- III. Escalabilidade futura: possibilita ajustes de capacidade, expansão de cobertura e aquisição de serviços complementares sem comprometer o planejamento financeiro;
- IV. Planejamento ambiental e logístico: possibilita cronogramas de instalação, manutenção e atualização de equipamentos de forma coordenada, minimizando impactos ambientais e logísticos.

**2.9.6. Diante do exposto, a escolha do Registro de Preços como modalidade de contratação se mostra plenamente adequada e justificada, considerando:**

- I. Flexibilidade de atendimento à demanda real, evitando compras desnecessárias ou emergenciais;
- II. Redução de custos e economia de recursos públicos, com preços de referência e aquisição conforme necessidade;
- III. Agilidade e eficiência operacional, permitindo atendimento rápido e manutenção contínua dos serviços;
- IV. Segurança e continuidade dos serviços, com fornecedores previamente qualificados;
- V. Conformidade legal, alinhada à Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da administração pública;
- VI. Sustentabilidade e escalabilidade, garantindo capacidade de expansão e atualização tecnológica futura.

**2.9.7.** Portanto, a utilização do Registro de Preços é a solução mais eficiente, econômica e estratégica para a contratação dos serviços de internet dedicada, internet via satélite em Altamira/PA, assegurando atendimento de qualidade, continuidade dos serviços e otimização dos recursos públicos.

## **2.9.8. JUSTIFICATIVA PARA EM LOTES:**

A adoção do critério de julgamento por lotes, com a aglutinação de itens de natureza semelhante, fundamenta-se em razões de ordem técnica, operacional e econômica, visando assegurar a eficiência, a padronização e a adequada execução contratual. Inicialmente, a divisão por lotes justifica-se pela necessidade de compatibilidade técnica e funcional entre os componentes que integram a solução de conectividade e infraestrutura de rede. Considerando que os serviços e equipamentos de internet possuem interdependência operacional, o seu agrupamento em lote assegura a correta integração entre os sistemas, evitando falhas decorrentes de incompatibilidades tecnológicas. No que se refere especificamente aos links de internet, o agrupamento em lote revela-se essencial para garantir a segurança e estabilidade da rede, uma vez que possibilita a centralização da responsabilidade em um único fornecedor. Tal medida assegura que a implantação, a configuração e o suporte técnico (SLA) sejam executados de forma coordenada e padronizada, evitando conflitos de responsabilidade entre diferentes prestadores de serviço, situação que poderia comprometer a continuidade e a qualidade da conexão. Sob o aspecto da eficiência na gestão contratual, a contratação por lotes aglutinados proporciona significativa redução da burocracia administrativa. Ao concentrar a execução em um único fornecedor por lote, a Administração Pública reduz os custos operacionais relacionados à gestão e fiscalização de múltiplos contratos, promovendo maior agilidade no acompanhamento da execução, melhor controle dos resultados e maior celeridade na solução de eventuais falhas. Ademais, a modelagem por lotes atende ao princípio da padronização, previsto no art. 41, §1º, da Lei nº 14.133/2021, assegurando que os equipamentos e serviços sigam especificações técnicas uniformes. Essa padronização contribui para a otimização da manutenção, da operação e da integração dos sistemas. No tocante à economicidade, estudos e pesquisas de mercado demonstram que a contratação em lote possibilita ganho de escala, resultando em propostas mais vantajosas para a Administração. Ainda que haja, em tese, uma redução no número de licitantes em comparação com a contratação por item, tal fator é compensado pela obtenção de preços mais competitivos e pela redução de custos indiretos relacionados à gestão contratual fragmentada.



Diante do exposto, verifica-se que a aglutinação dos itens em lotes constitui a alternativa mais adequada para atender às necessidades da Administração, garantindo a integridade técnica da solução de conectividade, maior eficiência na execução contratual, padronização dos serviços e vantajosidade econômica, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**3.1.** A solução proposta tem como finalidade garantir à Administração Municipal de Altamira/PA o acesso contínuo, seguro e de alta qualidade aos serviços de internet dedicada em fibra óptica e serviços de internet via satélite de baixa órbita, de forma a atender tanto às demandas administrativas internas quanto às necessidades da população em demandas por serviços públicos em comunidades remotas do município. Trata-se de uma contratação que se pauta no Registro de Preços, assegurando flexibilidade e economicidade, e que contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto: planejamento, implantação, operação, manutenção e eventual substituição de componentes, assegurando a durabilidade e a eficácia da solução.

#### **DESCRIÇÃO GERAL DA SOLUÇÃO**

##### **3.1.1. O objeto da contratação consiste em:**

- I. Fornecimento de link de internet dedicado em fibra óptica, com garantia mínima de 100% da banda contratada, upload e download simétricos, baixa latência e disponibilidade mínima de 99,5%.
- II. Fornecimento de link de internet Banda Larga em fibra óptica, com garantia mínima de 80% da banda contratada, upload e download assimétricos, baixa latência e disponibilidade mínima de 99,5%.
- III. Disponibilização de suporte técnico especializado, atendimento remoto e presencial, com tempo máximo de resposta previamente definido em contrato (SLA).
- IV. Fornecimento de equipamentos necessários à infraestrutura, como modems ou roteadores com ou sem Wi-Fi, a depender da necessidade do órgão contratante, cabos e acessórios, quando aplicável.
- V. Monitoramento proativo do serviço 24x7, garantindo estabilidade e identificando falhas antes que comprometam a prestação do serviço.

Fornecimento de acesso à internet com a tecnologia Starlink, que utiliza uma constelação de satélites de baixa órbita, oferece conectividade de alta velocidade e baixa latência em áreas remotas, independentemente da infraestrutura terrestre local, representando uma solução viável para suprir as necessidades de conectividade tanto das equipes de ações itinerantes da prefeitura, quanto dos eventos institucionais e acesso fixo a prédios públicos remotos a internet via satélite.

##### **3.2. Justificativa Técnica da adoção de uma solução de conexão de internet via constelação de satélites Starlink:**

**3.2.1.** O município de Altamira, no exercício de suas atribuições, realiza frequentes ações in loco diversas no próprio município, muitos deles localizados em áreas remotas com infraestrutura de telecomunicações limitada ou inexistente. Durante essas ações, as equipes técnicas necessitam de acesso contínuo e confiável aos sistemas, bases de dados, documentos eletrônicos e canais de comunicação para executar suas atividades com eficiência e tempestividade. A conectividade atual, baseada em redes móveis terrestres (3G/4G), apresenta limitações significativas em diversas regiões do nosso município, comprometendo a produtividade das equipes e, consequentemente, a efetividade das ações e eventos nas comunidades rurais e remotas como Castelo dos Sonhos, comunidades ribeirinhas às margens do Rio Xingu, onde não existe nenhuma cobertura de rede móvel de celular ou fibra óptica, fatos que dificultam a oferta de serviços públicos à população. Tais eventos exigem conectividade constante para o registro de dados, suporte às oficinas e aos serviços digitais ofertados pelo município.

**3.2.2.** A tecnologia Starlink, que utiliza uma constelação de satélites de baixa órbita, oferece conectividade de alta velocidade e baixa latência em áreas remotas, independentemente da infraestrutura terrestre local,

representando uma solução viável para suprir as necessidades de conectividade tanto das equipes de fiscalização quanto dos eventos institucionais.

**3.2.3.** A solução Starlink permite a instalação em veículos e em estruturas temporárias, assegurando flexibilidade, mobilidade e agilidade, características essenciais para as atividades itinerantes do município.

**3.2.4.** Sua utilização possibilita comunicação institucional em tempo real, transmissão de dados, acesso a plataformas digitais, realização de videoconferências e atendimento remoto com eficiência.

**DEMONSTRATIVO DO QUADRO ATUAL NO BRASIL**

<b>Empresa</b>	<b>Tipo de Órbita</b>	<b>Foco Principal</b>	<b>Previsão no Brasil</b>
Star link	Baixa (LEO)	Residencial, Móvel e B2B	Já opera
SpaceSail	Baixa (LEO)	Banda Larga de Alta Velocidade	Em 2026 , A empresa chinesa SpaceSail tem previsão para iniciar suas operações no Brasil em 2026. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autorizou a entrada da empresa no mercado brasileiro em fevereiro de 2026, concedendo um prazo de até dois anos para o início comercial das atividades, com estimativas apontando para o quarto trimestre de 2026.
Projeto Kuiper	Baixa (LEO)	Banda Larga (Parceria com Sky)	2025/2026 / Embora o prazo para o início dos testes seja meados de 2025, a operação comercial plena pode se estender ao longo do ano, com o compromisso de colocar 50% da constelação em órbita até julho de 2026/ Início de 2026: Lançamento comercial da internet satélite de baixa latência (focada em residências e empresas) em países selecionados, como EUA, Canadá, Reino Unido, Alemanha e França. Final de 2026: Expansão da cobertura para 26 países, incluindo testes no Brasil. 2027: Início da oferta de serviços de mobilidade terrestre e marítima (como internet em aviões e navios), com a JetBlue Airways sendo a primeira parceira aérea confirmada
OneWeb	Baixa (LEO)	Corporativo, Marítimo e Governo	Já disponível (via parceiros) ativação no Brasil: A constelação de satélites já está ativa no Brasil, com gateways (portas de entrada) em locais como o Rio de Janeiro, e já oferece serviços de alta velocidade e baixa latência. Fusão e Próxima Geração (2028): Após a fusão com a Eutelsat, a empresa planeja integrar totalmente sua infraestrutura até 2028, quando a segunda geração da constelação de órbita baixa (LEO) será comercialmente ativada.

HughesNet	Geoestacionária	Residencial e Rural	Já opera
-----------	-----------------	---------------------	----------

**A escolha dos satélites starlink:** Destaca-se que, dentre as soluções existentes, a Star link é atualmente a única operadora plenamente ativa no Brasil que utiliza tecnologia de satélites em órbita baixa (LEO – Low Earth Orbit), proporcionando conexão de alta velocidade e baixa latência. Embora existam outras empresas no mercado, como a HughesNet, esta utiliza satélites geoestacionários (GEO), cuja maior distância da Terra resulta em latência elevada e menor desempenho para aplicações que demandam comunicação em tempo real. Adicionalmente, outras soluções tecnológicas, como a SpaceSail e o Projeto Kuiper, embora utilizem tecnologia semelhante à da Star link (LEO), ainda não se encontram em operação comercial no Brasil, como o quadro acima descreve, estando previstas apenas para os anos de 2025 e 2026. Dessa forma, não representam alternativas viáveis no presente momento para atendimento imediato das demandas administrativas.

No mesmo sentido, a Eutelsat OneWeb possui atuação mais restrita ao segmento corporativo e governamental, geralmente por meio de parcerias específicas, o que limita sua aplicabilidade direta e imediata em contratações simplificadas. Já a E-Space, embora autorizada a operar no Brasil, possui foco inicial em Internet das Coisas (IoT), não sendo voltada prioritariamente ao fornecimento de banda larga para uso institucional amplo.

Diante desse cenário, evidencia-se que a Starlink apresenta **vantagem competitiva significativa**, não apenas pela disponibilidade imediata, mas também pelas características técnicas superiores, tais como:

**Baixa latência e alta velocidade**, possibilitando o uso eficiente de sistemas administrativos, videoconferências e transmissão de dados em tempo real;

**Ampla cobertura geográfica**, garantindo conectividade em áreas rurais, ribeirinhas e locais sem infraestrutura terrestre de telecomunicações;

**Mobilidade operacional**, permitindo uso em deslocamentos (veículos, embarcações), fator essencial para atividades logísticas e de fiscalização;

**Estabilidade de conexão**, mesmo em regiões isoladas, superando limitações das redes tradicionais (4G/5G). Por fim, considerando o pioneirismo da Starlink no Brasil, sua regular autorização junto à Anatel e a ausência de concorrentes diretos em plena operação com tecnologia equivalente, conclui-se que a adesão à referida solução representa, no momento, a alternativa mais adequada, eficiente e vantajosa para a Administração Pública.

### 3.2.5. Benefícios Esperados:

- I. Aumento da produtividade das equipes em ações, eventos ou fiscalizações em campo e em deslocamento para áreas remotas, com acesso em tempo real aos sistemas e bancos de dados ou outros recursos de comunicação via rede mundial de internet. Isso concede até uma maior segurança no deslocamento às áreas remotas deste vasto município.
- II. Possibilidade de realização de videoconferências, transmissão de dados e comunicação instantânea em áreas remotas.
- III. Redução do tempo de deslocamento e otimização dos recursos humanos, com a eliminação da necessidade de deslocamentos adicionais para áreas remotas que receberão a conectividade via satélite. A disponibilidade de meios de comunicação encurta distancias e otimiza processos e atividades.
- IV. Ampliação da capacidade de resposta a demandas emergenciais, com acesso imediato a informações e documentos necessários para a tomada de decisão
- V. Garantir conectividade durante a execução dos eventos regionais em localidades remotas.
- VI. Aumentar a eficiência na oferta de serviços e comunicação com os sistemas institucionais.



- VII. Possibilitar acesso a sistemas internos e plataformas governamentais para atendimento ao público.
- VIII. Promover inovação e integração tecnológica nas comunidades remotas do município de Altamira.

### **3.3. Ciclo de Vida do Objeto**

#### **3.3.1. O ciclo de vida do objeto contempla:**

- I. Planejamento e implantação inicial: análise dos locais de instalação, dimensionamento da rede, fornecimento e configuração de equipamentos, ativação do link dedicado e testes de conectividade.
- II. Responsabilidade: A contratada cede os equipamentos em regime de comodato sem taxas de instalação ou locação.
- III. Qualidade: Os equipamentos devem ser novos ou recondicionados com garantia de funcionamento, homologados pela ANATEL
- IV. Operação contínua: fornecimento ininterrupto do acesso à internet e manutenção preventiva e corretiva dos pontos de acesso Wi-Fi e da infraestrutura de fibra óptica.
- V. Manutenção e atualização tecnológica: substituição de equipamentos defeituosos ou obsoletos, aplicação de upgrades de software e hardware, garantindo a modernidade da solução ao longo do tempo.
- VI. Suporte e capacitação: disponibilização de atendimento técnico e treinamento para servidores municipais, assegurando o uso eficiente da tecnologia.

**3.3.2.** Encerramento ou renovação do contrato: ao final da vigência, possibilidade de substituição integral do serviço ou renovação, considerando custo-benefício, qualidade e evolução tecnológica.

### **3.4. Sustentabilidade e Eficiência Energética**

#### **3.4.1. A contratação também observará requisitos de sustentabilidade:**

- I. Equipamentos com eficiência energética, reduzindo consumo de energia elétrica;
- II. Utilização de infraestrutura de fibra óptica, que apresenta maior vida útil e menor impacto ambiental em comparação com tecnologias metálicas;
- III. Descarte adequado de equipamentos substituídos, conforme legislação ambiental vigente.

### **3.5. Benefícios Esperados**

- I. Administração municipal mais eficiente: servidores com acesso rápido e estável à internet, possibilitando melhor execução dos serviços públicos.
- II. Segurança e confiabilidade: serviços monitorados e com garantia de alta disponibilidade, reduzindo riscos de falhas.
- III. Flexibilidade e economicidade: contratação por registro de preços, assegurando melhor gestão dos recursos públicos.

**3.5.1.** A solução proposta, ao longo de todo o ciclo de vida, possibilitará que a Administração Municipal de Altamira/PA disponha de uma infraestrutura moderna, segura e escalável de conectividade digital, garantindo não apenas eficiência administrativa, mas também inclusão social e tecnológica para a comunidade. A especificação detalhada assegura que os fornecedores interessados apresentem propostas alinhadas às necessidades reais do município, com qualidade técnica e plena observância aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. SUSTENTABILIDADE**

**4.1.1.** A sustentabilidade deve ser tratada como elemento estruturante do contrato, considerando o ciclo de vida do objeto e a redução dos impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes da sua execução.

**4.1.2. Eficiência energética e redução de impactos ambientais**

4.1.2.1. A contratada deverá adotar equipamentos de rede (modems, roteadores, switches, antenas e servidores) que apresentem eficiência energética comprovada, com selo de conformidade (como o Energy Star ou equivalente), reduzindo o consumo de energia elétrica durante o funcionamento contínuo.

4.1.2.2. Preferência por tecnologias em fibra óptica, que consomem menos energia por bit transmitido em comparação a tecnologias de cobre, além de terem maior durabilidade e menor impacto ambiental em seu ciclo de vida.

**4.1.3. Gestão de resíduos eletrônicos**

4.1.3.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão atender às normas de descarte responsável de resíduos

4.1.3.2. eletroeletrônicos, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.1.3.3. Ao final da vida útil, a contratada será responsável por providenciar logística reversa dos equipamentos substituídos, evitando seu descarte inadequado no meio ambiente.

4.1.3.4. Sempre que possível, deverão ser priorizados equipamentos de maior durabilidade, que reduzam a geração de resíduos e evitem trocas frequentes.

**4.1.4. 4. Durabilidade e ciclo de vida dos equipamentos**

4.1.4.1. Todos os equipamentos deverão ser de linha atual, novos e de primeiro uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses.

4.1.4.2. Os produtos devem apresentar vida útil compatível com o período de vigência contratual, reduzindo custos de manutenção corretiva e necessidade de substituições precoces.

4.1.4.3. A escolha por materiais mais resistentes (como carcaças metálicas ou plásticas de alta densidade) evita quebras e descarte prematuro.

**4.2. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO FORNECEDOR**

**4.2.1.** Será exigida da contratada a apresentação de políticas internas de sustentabilidade, incluindo boas práticas relacionadas à gestão ambiental, redução de consumo de recursos naturais e responsabilidade social corporativa.

**4.2.2.** Preferência para fornecedores que comprovem certificações como ISO 14001 (Gestão Ambiental), ou selos equivalentes, que atestem a conformidade ambiental de seus processos produtivos e de prestação de serviços.

**4.3. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E GOVERNANÇA DIGITAL**

**4.3.1.** O serviço deverá seguir padrões de cibersegurança, evitando ataques e garantindo proteção de dados pessoais em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD).

**4.3.2.** A implantação da rede deve estar alinhada à Estratégia de Governo Digital (EGD), estimulando o uso

sustentável da tecnologia em benefício da população.

**4.3.3.** Os requisitos de sustentabilidade garantem que a contratação seja realizada em conformidade com a legislação vigente, respeitando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público, ao mesmo tempo em que reduzem impactos ambientais e promovem inclusão social. Assim, o objeto contratado terá maior durabilidade, eficiência e benefícios sociais, contribuindo para a consolidação de uma administração pública moderna, sustentável e comprometida com as futuras gerações.

## **5. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

**5.1.1.** A Administração Pública, ao elaborar os atos convocatórios de licitação, deve observar os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, legalidade, eficiência e busca da proposta mais vantajosa, conforme previsto no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

**5.1.2.** A regra geral, consolidada pelo legislador e pela jurisprudência dos tribunais de contas, é a de que não deve haver indicação de marcas específicas nem a vedação a determinadas marcas quando da descrição do objeto licitado. Isso porque a licitação deve se pautar por especificações técnicas objetivas e funcionais, suficientes para assegurar que o produto ou serviço atenda à necessidade da Administração, sem restringir injustificadamente a competitividade.

**5.1.3.** O art. 41 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que o edital deve conter "especificação precisa, suficiente e clara do objeto", vedadas descrições que, mesmo indiretamente, possam comprometer o caráter competitivo da licitação.

**5.1.4.** Somente em hipóteses excepcionais, quando tecnicamente indispensável, admite-se a indicação de marca de referência, devendo esta ser acompanhada da expressão "ou equivalente", com justificativa detalhada.

**5.1.5.** No caso em análise, o objeto licitado – serviços de internet dedicada em fibra óptica com IP fixo, serviços de internet banda larga por fibra óptica e – possui condições técnicas que podem ser plenamente descritas por características de desempenho, requisitos mínimos de qualidade, capacidade, padrões de homologação (ANATEL) e métricas de SLA (Service Level Agreement), sem a necessidade de vinculação a qualquer fabricante ou prestador específico.

**5.1.6.** A adoção de critérios técnicos objetivos (como velocidade mínima, simetria de banda, imunidade a ruídos, percentual de disponibilidade, autenticação segura de usuários, equipamentos homologados, etc.) já é suficiente para garantir que os serviços e equipamentos ofertados atendam às necessidades da Administração Municipal.

**5.1.7.** Já a escolha da tecnologia de internet via satélite Starlink, para os itens 7, 10 e 11, a menção de marca se dá por se tratar de um fornecedor com atuação exclusiva em território nacional, ofertando serviços e tecnologia de internet com constelação de satélites em órbita baixa, de alta disponibilidade de sinal e ampla cobertura territorial, principalmente no território vasto e de grandes proporções que tem o município de Altamira, sendo o maior município em área territorial do Brasil, com muitas áreas desprovidas de cobertura de sinal de celular ou até mesmo de infraestrutura de cabos óticos em diversas localidades remotas.

**5.1.8.** Esta medida não restringe a competitividade uma vez que permite que qualquer provedor de internet consiga se habilitar e se credenciar junto a Starlink para fornecer os produtos e serviços de conexão via satélite.

**5.1.9.** A opção se fundamenta na possibilidade de descrição objetiva e funcional do objeto, sem prejuízo da qualidade e da segurança da solução, assegurando assim:

- I. Maior competitividade e economicidade;
- II. Observância ao princípio da isonomia entre os licitantes;
- III. Conformidade com o art. 41 da Lei nº 14.133/2021;

IV. Atendimento pleno ao interesse público.

## 6. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Abaixo, planilha geral e planilha com quantidade de MB de demandas de Prefeitura Municipal e suas secretarias subordinadas do município de Altamira/PA:

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA - LOTE I - ZONA URBANA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND/ QTD	QTD PONTOS/ MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
01	Serviço mensal de <b>link dedicado de internet 1.000 Mbps</b> , utilizando infraestrutura de fibra óptica, incluindo o fornecimento e a instalação e configuração de equipamentos em regime de comodato	12 Meses	1	R\$ 30.464,70	R\$ 30.464,70	R\$ 365.576,40
02	Serviço mensal de <b>link dedicado de internet 500 Mbps</b> , utilizando infraestrutura de fibra óptica, incluindo o fornecimento e a instalação e configuração de equipamentos em regime de comodato	12 Meses	6	R\$ 13.770,79	R\$ 82.624,74	R\$ 991.496,88
03	Serviço mensal de <b>link dedicado de internet 300 Mbps</b> , utilizando infraestrutura de fibra óptica, incluindo a instalação de equipamentos em regime de comodato.	12 Meses	4	R\$ 8.093,80	R\$ 32.375,20	R\$ 388.502,40
04	Serviço mensal de <b>link dedicado de internet 100 Mbps</b> , utilizando infraestrutura de fibra óptica, incluindo a instalação de equipamentos em regime de comodato.	12 Meses	1	R\$ 2.715,52	R\$ 2.715,52	R\$ 32.586,24
05	Serviço mensal de <b>link de acesso à internet Banda Larga de 400 Mbps</b> de velocidade por ponto, incluindo equipamentos e instalação em regime de comodato, por meio de infraestrutura de fibra óptica	12 Meses	26	R\$ 1.035,33	R\$ 26.918,58	R\$ 323.022,96
06	Serviço mensal de <b>link de acesso à internet Banda Larga de 600 Mbps</b> de velocidade por ponto, incluindo equipamentos e instalação em regime de comodato, por meio de infraestrutura de fibra óptica	12 Meses	56	R\$ 1.659,70	R\$ 92.943,20	R\$ 1.115.318,40
07	Serviço mensal de <b>link de acesso à internet Via Satélite, plano de velocidade de até 260Mbps de Download e até 35 Mbps de Upload, para uso em viagem, em movimento, com volume de tráfego ilimitado</b> sem redução de velocidade por consumo, incluindo kit Antena Starlink tamanho mini e kit de instalação veicular, fornecidos em regime de comodato, por meio de conexão via constelação de satélite de baixa órbita	12 Meses	12	R\$ 2.304,77	R\$ 27.657,24	R\$ 331.886,88



Subtotal						R\$ 3.548.390,16
LOTE II - CASTELO DE SONHOS, CACHOEIRA DA SERRA, VILA CANOPUS, VILA CABOCLA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND/ QTD	QTD PONTOS/ MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	TOTAL
08	Serviço mensal de <b>link de acesso à internet Banda Larga de 200 Mbps</b> de velocidade por ponto, incluindo equipamentos e instalação em regime de comodato, por meio de infraestrutura de fibra óptica	12 Meses	17	R\$ 1.204,00	R\$ 20.468,00	R\$ 245.616,00
09	Serviço mensal de <b>link de acesso à internet Via Satélite, plano de velocidade ilimitado</b> , para utilização em localidades remotas, incluindo kit Antena tamanho Padrão e instalação em regime de comodato, por meio de conexão via constelação de satélite de baixa órbita	12 Meses	6	R\$ 1.662,69	R\$ 9.976,14	R\$ 119.713,68
Subtotal						R\$ 365.329,68
LOTE III - MUNICÍPIO DE ALTAMIRA - ZONA RURAL						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND/ QTD	QTD PONTOS/ MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	TOTAL
10	Serviço mensal de <b>link de acesso à internet Via Satélite, plano de velocidade ilimitado</b> , para utilização em localidades remotas, incluindo kit Antena tamanho Padrão e kit de instalação em regime de comodato, por meio de conexão via constelação de satélite de baixa órbita.	12 Meses	32	R\$ 1.664,64	R\$ 53.268,48	R\$ 639.221,76
Subtotal						R\$ 639.221,76
TOTAL						R\$ 4.552.941,60

**7. TABELA DE LOCAÇÃO DOS PONTOS PARA INSTALAÇÃO DE INTERNET**

SEMAPS				
Local da instalação	Endereço	Bairro	Cidade	QUANT PONTOS
ECOM	Rua Uberlândia,	Uirapuru, s/n	ALTAMIRA-PA	1
CREAS	Rua Curitiba	Uirapuru, 3075	ALTAMIRA-PA	1
Conselho Tutelar I	Av. Irmã clares Mendes Oliveira, Anel Viário	Jardim Altamira, s/n	ALTAMIRA-PA	1
Conselho Tutelar II	Rua Joaquim Acácio	Brasília, 1400	ALTAMIRA-PA	1
CMDCA/CMAS	Av. Irmã clares Mendes Oliveira, Anel Viário	Jardim Altamira, s/n	ALTAMIRA-PA	2
SCFV idosos	Tv. Das Palmeiras	Jardim Iracema-Premem, 1	ALTAMIRA-PA	1
SCFV Laranjeiras	Rua Tambaqui	Bairro/RUC Laranjeiras, 211	ALTAMIRA-PA	1
SCFV São Domingos	Tr. Castanheira	São Domingo, 1189	ALTAMIRA-PA	1
Restaurante Popular da 7 de setembro	Av. Sete de Setembro	Centro, s/n	ALTAMIRA-PA	1





Restaurante Popular do Mutirão	Av. Bom Jesus	Mutirão, s/n	ALTAMIRA-PA	1
ILPI	Rua Manoel Umbuzeiro	Centro, 1455	ALTAMIRA-PA	1
SEMAPS Sede	Rua Acesso Dois	Esplanada do Xingu, 370	ALTAMIRA-PA	3
CADASTRO ÚNICO - Bolsa Família	Rua João Rodrigues, (Próximo ao Adventista)	Uirapuru, 1175	ALTAMIRA-PA	2
Cartão Solidário	Rua dos Seis Metros	Aparecida, s/n	ALTAMIRA-PA	1
Capacita jovem	Rua dos Seis Metros	Aparecida, s/n	ALTAMIRA-PA	1
CEPRO - Centro Profissionalizante	Rua dos Seis Metros	Aparecida, s/n	ALTAMIRA-PA	2
SINE - Sistema Nacional de Emprego	Rua Antônio Vieira, (Anexo ao Ginásio Nissias Ribeiro)	Brasília, s/n	ALTAMIRA-PA	1
CRAS I	Rua Coronel José Porfírio (próximo ao porto da Balsa)	Esplanada do Xingu, 3100	ALTAMIRA-PA	1
CRAS II	Travessa Dois	Mutirão, 115	ALTAMIRA-PA	1
CRAS III	Rua Sabugueiro	São Joaquim, 215	ALTAMIRA-PA	1
SCFV CASA NOVA	RUA TAPEREBÁS, 430	RUC CASA NOVA	ALTAMIRA-PA	1
SCFV JATOBÁ	Rua Sucupira( em frente a academia ao ar livre	Ruc Jatobá	ALTAMIRA-PA	1
SCFV água Azul	Rua Tapajó, 310	Ruc água azul	ALTAMIRA-PA	1
<b>DISTRITOS CASTELO DOS SONHOS E CACHOEIRA DA SERRA</b>				
CADÚNICO - Castelo Dos Sonhos	Rua Joanin Trevisan. Castelo dos sonhos	Centro, s/n	ALTAMIRA-PA	2
CADÚNICO - Cachoeira da Serra	Avenida Três de Maio. Cachoeira da Serra.	Centro, s/n	ALTAMIRA-PA	1
<b>ZONA RURAL</b>				
SCFV Pimentel	Travessão Pimentel - Quatro Bocas - Assurini	s/n	Área Rural	1
SCFV Princesa do Xingu	Rua um	660	Área Rural	1
SCFV Sol Nascente	Km 28 - Agrovila Sol Nascente - Assurini	s/n	Área Rural	1
SCFV Cajá	Travessão Cajá I. Assurini	985	Área Rural	1
<b>SESMA</b>				
Hospital geral de altamira (HGA )	Rua 6, s/n	Mutirão	Altamira	3
Upa 24hrs	Travessa campinas, s/n	Uirapuru	Altamira	2
Secretaria de saúde nível central	Travessa Paula marques,192	Catedral	Altamira	2
<b>Prédio do antigo são Rafael-</b> almoxarifado /vigilância sanitária/ubs Ilvanir Dernadim/setor de tratamento fora do domicílio-tfd/epidemiologia /centro malária /centro imunização /centro de regulação /telemedicina /ubs Bernardini	Av. CEL José porfírio	Centro	Altamira	6
Centro diagnostico /secretaria Assistência DST - CTA/SAE	Av. Brigadeiro Eduardo gomes, 2675	São Sebastião	Altamira	2



Ubs bela vista	Av. Circulação perimetral, s/n	Bela vista	Altamira	1
Ubs Brasília	Av. João coelho	Brasília	Altamira	1
Ubs Sudam 2	Av. Perimetral,2062	Sudam II	Altamira	1
Ubs buriti	Avenida dos Buritis,58	Buriti	Altamira	1
CAPS 2	Avenida irmã cores mendes, s/n	São Joaquim	Altamira	1
Samu	Avenida irmã cores mendes, s/n	São Joaquim	Altamira	1
Ubs santa Ana/liberdade	R. Duque, de Caxias, s/n	Liberdade	Altamira	2
Ubs São Joaquim	Rua 13, s/n	São Joaquim	Altamira	1
HGA CARTORIO - NASCIDO VIVO	RUA 6, S/N	MULTIRÃO	ALTAMIRA	1
CAPSI	RUA ACESSO 3, S/N	INDEPENDENTE I	ALTAMIRA	1
UBS COLINA	RUA ALTA COLINA, S/N	COLINA	ALTAMIRA	1
UBS ALBERTO SOARES	RUA AURELIANO GARCIA, S/N	ALBERTO SOARES	ALTAMIRA	1
UBS MUTIRÃO	RUA BOM JESUS, S/N	MULTIRÃO	ALTAMIRA	1
CENTRO ODONTOLOGICO (CEO)	RUA COMANDANTE CASTILHO , 175	CENTRO	ALTAMIRA	1
UBS ESPERANÇA	RUA DA HARMONIA, S/N	BOA ESPERANÇA	ALTAMIRA	1
UBS JATOBA	RUA JATOBÁ, S/N	JATOBÁ	ALTAMIRA	1
UBS TAVAQUARA	Rua Juruna, s/n, Ruc Tavaquara, cep: 68.371- 970	TAVAQUARA	ALTAMIRA	1
Ubs independente 2	Rua Lucindo câmara, 4380	Jardim independente i	Altamira	1
Ubs Sudam 1	Rua Luiz né, 1670	Sudam i	Altamira	1
Ubs premem	Rua Maringá, 3409	Premem	Altamira	1
Ubs cruzeiro	Rua Pedro Acácias/n	Cruzeiro	Altamira	1
Ubs nova altamira	Rua professora Odila de Souza, s/n	Nova altamira	Altamira	1
Ubs laranjeiras	Ruc laranjeiras, s/n	Laranjeiras	Altamira	1
<b>DISTRITOS CASTELOS DOS SONHOS/CACHOEIRA DA SERRA/ CANOPUS/ CABOCLA</b>				
UBS SANTA LUZIA (CASTELO DOS SONHOS)	RUA FRANCISCO RATISK	S/N	CASTELO DOS SONHOS	1
UBS SÃO MIGUEL(CASTELO DOS SONHOS)			CASTELO DOS SONHOS	3



UBS CACHOEIRA DA SERRA (CASTELO DOS SONHOS)			CASTELO DOS SONHOS	3
<b>ZONA RURAL</b>				
P.S MORRO RO ANFRÍSIO (RESEX RIOZINHO DO ANFRÍSIO)	RURAL		ALTAMIRA	2
P.S SÃO FRANCISCO (RESEX RIO IRIRI)	RURAL		ALTAMIRA	2
P.S GABIROTO (RESEX RIO XINGU)	RURAL		ALTAMIRA	1
P.S LAGEADO (RESEX RIOZINHO DO ANFRÍSIO)	RURAL		ALTAMIRA	1
P.S MANELITO (RESEX RIO IRIRI)	RURAL		ALTAMIRA	1
P.S MARIBEL (RIO IRIRI)	RURAL		ALTAMIRA	1
P.S ILHA DO CHICOTE (RIO XINGU)	RURAL		ALTAMIRA	1
POSTO DE SAÚDE BABAQUARA	RURAL		ALTAMIRA	1
POSTO DE SAÚDE BENÉ DA NUCA (MONTE SANTO)	RURAL		ALTAMIRA	1
POSTO DE SAÚDE PADRE EURICO KRAUTLER	RURAL		ALTAMIRA	1
POSTO DE SAÚDE RAMAL DA FLORESTA	RURAL		ALTAMIRA	1
POSTO DE SAÚDE SÃO LÁZARO	RURAL		ALTAMIRA	1
POSTO DE SAÚDE TRAVESSÃO DA 9	RURAL		ALTAMIRA	1
POSTO DE SAÚDE TRAVESSÃO DA 9	RURAL		ALTAMIRA	1
POSTO DE SAÚDE PRINCESA DO XINGU	RURAL		ALTAMIRA	1
POSTO DE SAÚDE VALE PIAUIENSE	RURAL		ALTAMIRA	1
UBS VILA CANÃ	RURAL		ALTAMIRA	1
USF JADER BARBALHO	RURAL		ALTAMIRA	1
USF JOSÉ ARAGUAÍNA	RURAL		ALTAMIRA	1
POSTO DE SAÚDE VILA CANOPUS	RURAL		ALTAMIRA	1
POSTO DE SAÚDE VILA CABOCLA	RURAL		ALTAMIRA	1
<b>SEMED</b>				



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALTAMIRA-PA	RUA 07 DE SETEMBRO, S/N	ESPLANADA DO XINGU	ALTAMIRA	1
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME) DE ALTAMIRA-PA	RUA ACESSO TRÊS, BAIRRO JARDIM INDEPENDENTE I, MUNICÍPIO DE ALTAMIRA-PA	JARDIM INDEPENDENTE I	ALTAMIRA	1
DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (DAE) DE ALTAMIRA-PA	AVENIDA ALACID NUNES, 3741,	INDEPENDENTE	ALTAMIRA	1
DEPÓSITO E ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALTAMIRA-PA	AVENIDA TANCREDO NEVES, 7000,	INDEPENDENTE II,	ALTAMIRA	1
CEI Prof. <sup>a</sup> IRANILDA ARANHA ALVES	RUA A9, S/Nº, BAIRRO CIDADE JARDIM	BURITI,	ALTAMIRA	1
RUA A9, S/Nº, BAIRRO CIDADE JARDIM - BURITI, MUNICÍPIO DE ALTAMIRA-PA (UNIDADE NÃO CONTEMPLADA COM RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL VIA PDDE-EDUCAÇÃO CONECTADA)	AVENIDA TANCREDO NEVES, S/Nº - RUC TAVAQUARA (PEDRAL)	RUC TAVAQUARA (PEDRAL)	ALTAMIRA	1
ESTIMA JOSE EDSON BULAMARQUE DE MIRANDA	RUA DA AMIZADE, S/Nº	BOA ESPERANÇA	ALTAMIRA	1
<b>DISTRITOS</b>				
SEDE DA SUB-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO DE CASTELO DE SONHOS DE ALTAMIRA-PA	RUA JOAQUIM TREVISAN, S/N CEP: 68379-200, CASTELO DE SONHOS	CENTRO	ALTAMIRA-PA	1
EMEIF CACHOEIRA DA SERRA	AVENIDA RIO TAPAJÓS, S/Nº, CEP: 68379-500, CACHOEIRA DA SERRA	CENTRO	ALTAMIRA-PA	1
CEI PARAÍSO INFANTIL	AVENIDA 03 DE MAIO, S/Nº, CEP: 68379-500, CACHOEIRA DA SERRA	CENTRO	ALTAMIRA-PA	1
EMEIF INOVAÇÃO	RUA SETE DE SETEMBRO, S/Nº, BAIRRO NOSSA SENHORA DA MEDIANEIRA, CEP: 68379-200, CASTELO DE SONHOS.	NOSSA SENHORA	ALTAMIRA-PA	1
EMEF LEO HECK	RUA FRANCISCO RASTIK, Nº 1010, BAIRRO CENTRO, CEP: 68379-200, CASTELO DE SONHOS, MUNICÍPIO DE ALTAMIRA-PA	CENTRO	ALTAMIRA-PA	1



CEI IRENE HECK	RUA SETE DE SETEMBRO, S/Nº, BAIRRO CENTRO, CEP: 68379-200, CASTELO DE SONHOS	CENTRO	ALTAMIRA-PA	1
EMEIF JOÃO PAULO II	RUA MOGNO, Nº 27, BAIRRO SÃO MIGUEL, CEP: 68379-200, CASTELO DE SONHOS.	SÃO MIGUEL	ALTAMIRA-PA	1
<b>ZONA RURAL</b>				
EMEIF 13 DE MAIO	COMUNIDADE CANOPUS, S/Nº, DISTRITO DE VILA CANOPUS	DISTRITO DE VILA CANOPUS	ALTAMIRA-PA	1
EMEIF BEIRA RIO I	MARGEM DIREITA DO RIO IRIRI, MUNICÍPIO DE ALTAMIRA-PA (UNIDADE NÃO CONTEMPLADA COM RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL VIA PDDE-EDUCAÇÃO CONECTADA)	COMUNIDADE MARIBEL	ALTAMIRA-PA	1
<b>SEMMA/SEDE</b>				
SEMMA/SEDE	Urbana Rua Abel Figueiredo nº651	Aparecida	Altamira-PA	1
Aterro Sanitário	Aterro Sanitário Rural Rua Cipó Ambé S/N	Rural	Altamira-PA	1
<b>SEMAF</b>				
SEMAF	Rua Otaviano Santos, 2288, Bairro Sudam I	Bairro Sudam I	Altamira-PA	3
SEMOVI	Rodovia Magalhães Barata, Km 04	Santa Ana	Altamira-PA	1
GABINETE	Rua Otaviano Santos, 2288,	Bairro Sudam I.	Altamira-PA	3
SECULT	Tv Treze de maio	Jardim Uirapuru,	Altamira-PA	1
SEMEL	Acesso 02,	Premem,	Altamira-PA	1
SEPLAN	Rua Otaviano Santos, 2288, Bairro Sudam I. Cep 68.371-288	Sudam I	Altamira-PA	1
SEMAGRI	Av. Tancredo Neves	Jardim Independente II,	Altamira-PA	1
SERURB	Tv Luiz Né, S/N	Sudam I	Altamira-PA	1
SEGMUC	Acesso um,	Aparecida,	Altamira-PA	3
SEMTUR	Av. João Pessoa	Centro	Altamira-PA	2
ASCOM	Rua Otaviano Santos, 2288	Sudam I	Altamira-PA	1
PROCON	Rua Dragão do Mar, 3189	Esplanada do Xingu	Altamira-PA	1
DEMUTRAN	rua Roraima, nº 303	Jardim Independente I	Altamira-PA	1



CENTRO DE CONVENÇÕES	Acesso 02	Premem	Altamira-PA	1
CENTRO DE EVENTOS	Av perimetral	Sudam I	Altamira-PA	1
CENTRO DE TRANSPORTE PÚBLICO	Rua. Mal. Rondon	Jardim dos Estados	Altamira-PA	1
MERCADO CENTRAL MUNICIPAL	Av Tancredo Neves	Esplanada do Xingu	Altamira-PA	1
MERCADO DA BRASÍLIA	Rua. Isaac Barbosa, 678	Jardim Altamira	Altamira-PA	1
<b>DISTRITOS</b>				
CASTELO DOS SONHOS			Altamira-PA	1
CACHOIRA DA SERRA			Altamira-PA	
VILA CANOPUS			Altamira-PA	1
VILA CABOCLA			Altamira-PA	1
ZONA RURAL			Altamira-PA	3

## 8. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

**8.1.** Os Serviços serão efetivados obedecendo às especificações descritas e outras informações de identificação, conforme o disposto nos itens elencados acima, sendo recusado item que estiver com alguma característica diferente.

**8.2.** O prazo de entrega/execução dos serviços, não será superior a 30 (tinta) dias uteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra.

**8.3.** O link de acesso não poderá possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço;

**8.4.** A Contratada deverá fornecer os serviços de instalação e manutenção do link de acesso à internet durante a vigência do contrato, sem nenhum custo adicional.

**8.5.** A critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA, o objeto poderá ser entregue diretamente no local indicado pela mesma, ficando o custo de transporte a cargo da CONTRATADA.

**8.6.** A internet deverá ser de boa qualidade, sendo que os mesmos serão inspecionados na pela equipe de TI desta secretaria, a não aprovação do mesmo, levará a contratada a providenciar correção imediatamente;

**8.7.** Prover uma conectividade à Internet, com taxa de transmissão de 300 Mbps (Trezentos megabits por segundo) full duplex, isto é, a taxa de transmissão fornecida deverá suportar 300 Mbps (Trezentos megabits por segundo) de tráfego de entrada e 300 Mbps (Trezentos megabits por segundo) de tráfego de saída, simultaneamente.

**8.8.** A taxa de transmissão deverá sempre estar disponível na totalidade regulamentar do fluxo contratado;

**8.9.** A interligação deve ser em conexão permanente, exclusiva, dedicada ou compartilhada, desde as dependências da zona urbana a zona rural, obedecendo às recomendações elaboradas pela Electronic Industries Alliance/Telecommunications Industry Association EIA/TIA e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para provimento de serviços de acesso à internet (Internet Service Providers) e demais normas, quando couber;

**8.10.** Ser provido com base em uma infraestrutura de Fibra óptica, conforme cada caso de acordo com viabilidade técnica de fornecimento dos serviços, como meio de acesso, vedada a utilização de qualquer outra tecnologia de acesso;

**8.11.** A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço.

**8.12.** Após a implantação do link, solicitações de instalação, retirada e alteração de características físicas já existentes, incluindo as configurações em equipamentos de comunicação de dados decorrentes dessas mudanças, dar-se-ão através de solicitações formais por parte do Contratante, sendo que estas solicitações deverão ser executadas pela Contratada em, no máximo, 30 (trinta) dias.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 9.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 9.2.** Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar a contratada durante esse período;
- 9.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 9.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 9.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 9.7.** Aceitar os acréscimos ou supressões julgadas necessárias pelo Contratante, nos limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021;
- 9.8.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 9.9.** Na execução do contrato, obriga-se a CONTRATADA a emendar todo o empenho e dedicação necessária ao seu fiel e adequado cumprimento, obrigando-se ainda a:
- 9.9.1.** Comunicar, formal e imediatamente, aos GESTORES eventuais ocorrências anormais verificada na execução dos serviços, no menor espaço de tempo possível, para que os mesmos não sejam prejudicados;
- 9.9.2.** Atender, com a diligência possível, as determinações dos GESTORES, adotando todas as providências necessárias à regularização de faltas e irregularidades verificadas;
- 9.9.3.** Prestar os serviços diretamente por profissionais da empresa contratada.
- 9.10.** A contratada terá de cumprir os prazos pactuados e garantir a boa qualidade dos serviços executados, guardando o sigilo e a confidencialidade dos documentos e informações a que tiver acesso.
- 9.11.** Serão de responsabilidade da contratada todas as despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem, necessárias para a plena e total execução dos serviços contratados.
- 9.12.** A CONTRATADA compromete-se a observar e cumprir todas as disposições legais e regulamentares relativas à transparência pública e ao direito de acesso à informação, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, especialmente o disposto no art. 7º, inciso XXXIII
- 9.13.** A CONTRATADA não deverá possuir vínculo com administração pública, nem exercer qualquer atividade em órgão ou entidade pública, seja em caráter permanente ou temporário, salvo nos casos em que sua atividade esteja devidamente regulamentada por lei, bem como a inexistência de qualquer prática de nepotismo.
- 9.14.** Contatar a CONTRATANTE, antes de iniciar os serviços, a fim de acertar os detalhes da execução;
- 9.15.** Submeter-se a todos os procedimentos definidos pela fiscalização da CONTRATANTE até a conclusão de todos os serviços contratados;
- 9.16.** Recrutar e fornecer toda mão-de-obra direta ou indireta, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços, inclusive encarregados e pessoal de apoio administrativo, sendo, para todos os efeitos, considerada como única empregadora;
- 9.17.** Providenciar, antes do início dos trabalhos, que todos os seus empregados sejam identificados e registrados e tenham seus assentamentos devidamente anotados em suas carteiras de trabalho, bem como atender às demais exigências da Previdência Social e da legislação trabalhista em vigor, inclusive cumprir as convenções coletivas de trabalho e decisões em dissídios coletivos que forem aplicáveis;
- 9.18.** Reparar, corrigir, remover, reconstituir, às suas expensas, no total ou em parte, bens e serviços em que se verifiquem defeitos ou incorreções resultantes da sua execução ou da má qualidade dos materiais empregados, sem qualquer ônus para a contratada;

**9.19.** Regularizar junto aos órgãos e repartições competentes todos os registros e formalidades necessários relacionados à execução dos serviços, respondendo a qualquer tempo, pelas consequências que a falta ou omissão dos mesmos acarretar;

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**10.2.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**10.3.** Rejeitar os serviços que estiverem em desacordo com as especificações previstas neste termo de referência e seus anexos e notificar a Contratada;

**10.4.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

**10.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

**10.6.** Aplicar as sanções administrativas nos casos de inadimplemento da execução contratual.

## **11. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**11.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**11.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**11.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.4.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**11.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**11.7.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**11.8.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**11.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**11.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, atualizada para o ano de 2024;

**11.11.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de

02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**11.12.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**11.13.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**11.14.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.15.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**11.16.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**11.17.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**11.18.** Declaração que não emprega menor, conforme Art. 7, inciso XXXIII, da CF/88.

**11.19.** Declaração de não ser Servidor Público e de inexistência de nepotismo.

### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**11.22.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**11.22.1.** Quando na certidão não constar prazo de validade, somente será aceita aquela expedida em data não superior a 90 (noventa) dias de antecedência da abertura do envelope de habilitação.

**11.22.2.** Caso haja alguma ação judicial distribuída relativa a recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.

**11.23.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

a) Balanço Patrimonial, juntamente com as Demonstrações Contábeis: DRE, Nota explicativa do último exercício social exigível, apresentados na forma da lei, por tanto extraída cópia do Livro Contábil Diário, o qual foi devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente. Acompanhados da cópia do termo de abertura e encerramento do livro diário, onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente.

b) A apresentação da Nota explicativa é de suma importância, pois ela compreende o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias do balanço.

c) Apresentar junto ao balanço também a demonstração contábil DMPL ou DLPA.

d) Caso a DMPL ou DLPA não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitada em diligência para que possamos analisar melhor o balanço, pois esse documento evidencia todas as movimentações realizadas durante o exercício social nas contas que compõem o patrimônio líquido: reservas de capital, de lucros, de reavaliação, capital social e lucros ou prejuízos acumulados;

e) As demonstrações contábeis na forma da Lei, deverão estar de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, e atentar para NBC ITG 1000 de 15 de dezembro de 2022 e NBC TG 1001 e NBC TG 1002.

f) Apresentar Certificado de Habilitação Profissional – CHP (Decore eletrônico), do responsável pelas informações contidas no Balanço Patrimonial da época do seu registro ou atualizada, certidão emitida pela internet, conforme indicado no anexo da Resolução CFC nº 1637/2021;

g) Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador ou técnico contábil da empresa;

h) Os documentos relativos ao Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa proponente e do seu contador ou técnico contábil, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador ou técnico contábil e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC são indispensáveis, nos termos da Resolução 1.637/2021;

- i) No caso de sociedade anônima, apresentar também a comprovação de publicação na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial ou órgão competente;
- j) Os valores lançados no balanço e nas demonstrações contábeis devem ser compatíveis entre si, assim como os cálculos dos índices solicitados neste item;
- k) A comprovação da boa situação financeira dos LICITANTES deverá ser obrigatoriamente demonstrada pela obtenção dos índices contábeis retirados do balanço patrimonial, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, assinados por contador, constando o seu nome completo e registro profissional do Conselho Regional de Contabilidade nos termos da resolução CFC nº 871/2000 e suas alterações;

**11.24.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**ATIVO**

Ativo Circulante  
Ativo Não Circulante  
Realizável a Longo Prazo  
Investimento  
Imobilizado  
Intangível

**PASSIVO**

Passivo Circulante  
Passivo Não Circulante  
**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Capital Social  
(-) Gastos com Emissão de Ações  
Reservas de Capital  
Opções Outorgadas Reconhecidas  
Reservas de Lucros  
(-) Ações em Tesouraria  
Ajustes de Avaliação Patrimonial  
Ajustes Acumulados de Conversão  
Prejuízos Acumulados

A boa situação financeira é analisada pelos índices de Balanço. Os índices observados pela Administração Pública nas licitações são:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Solvência= Geral  $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

Liquidez= Corrente  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

**Os valores mínimos para tais indicadores são:**

$LG \geq 1,0$	$LC \geq 1,0$	$SG \geq 1,0$
---------------	---------------	---------------

Os fatores constantes das fórmulas serão extraídos do balanço patrimonial exigido neste edital.

- a) Portanto, serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados para este certame. A legislação comercial alerta, em seu Art. 1.184 que o Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico (Demonstração do Resultado do Exercício), devem ser lançados no Livro Diário da empresa estando ambos assinados por técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitado e pelo empresário responsável. Assim, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentado na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário.
- b) Indicação do número das páginas e número do livro onde estão inscritos o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no Livro Diário, acompanhados obrigatoriamente do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo, fundamentado no art. 1.180 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76 e alterações;
- c) Deve conter assinatura do Contador ou Técnico Contábil e do titular ou representante legal da Entidade no BP,





- d) Prova de registro na Junta Comercial ou órgão competente (contendo Carimbo, etiqueta ou cancela da Junta Comercial ou órgão competente), fundamentado no art. 1.181 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02 alínea b.
- b. Observe que a regra é registrar o Livro Diário, salvo disposição especial em lei em contrário;
- e) Demonstrar escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, fundamentado art. 1.179, Lei 10.406/02 e art. 177 da Lei nº 6.404/76;
- f) Boa Situação Financeira;
- g) Apresentar a Certidão de Habilitação Profissional – CHP, fundamentado na Resolução CFC nº1.637/2021. Esta formalidade dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador ou Técnico Contábil, o modelo da certidão encontra-se anexo a resolução:

### **Resolução CFC nº 1.637/2021**

Art. 1º Os profissionais da contabilidade poderão comprovar sua habilitação para o exercício profissional, por meio da Certidão de Habilitação Profissional, e a situação financeira relativa a débitos de qualquer natureza, por meio da Certidão Negativa de Débitos (CND) emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

§ 1º As certidões de que tratam o caput terão prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data da sua emissão.

§ 2º As certidões serão expedidas, exclusivamente, através do sítio eletrônico do CRC do registro originário ou do registro transferido do profissional. (...)

**Obs.:** Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de aptidão perante ao CFC, do profissional que realizou os documentos contábeis está apto para elaboração dos mesmos.

- h) Índices contábeis extraídos os dados do balanço patrimonial apresentado;
- i) Termo de abertura e encerramento registrados na Junta comercial ou órgão equivalente, extraído do livro diário.
- j) A resolução CFC nº 1255 de 10 de dezembro de 2009 aprova a NBC T 19.41 destinada a Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

**11.25.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura extraídos do livro diário registrado na Junta Comercial ou órgão competente da sede ou domicílio do LICITANTE.

**11.26.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**11.27.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**11.28.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**11.29.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**11.30.** Para as empresas que entregam suas declarações financeiras por meio do SPED, obrigatoriamente deverão apresentar o balanço e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios social exigível, apresentados na forma da lei (ano de 2021, conforme Tribunal de Contas da União (TCU) no Processo 015.817/2014-8 (Acórdão 1.999/2014, Plenário, TC 015.817/2014-8), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, sendo:

- a) Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário impresso em modo sped;
- b) Balanço Patrimonial impresso em modo sped;
- c) Declaração de capacidade financeira impresso em modo sped ou modelo **Anexo III**, ou outro que contenha os índices extraídos do balanço;
- d) Demonstração de Resultado do Exercício impresso em modo sped;
- e) Dados das assinaturas dos responsáveis pela elaboração dos documentos impresso em modo sped;
- f) Recibo de Entrega do Livro Digital impresso em modo sped;
- g) Termo de Autenticação de Livro Digital no órgão competente impresso em modo sped;

h) Apresentar a Certidão de Habilitação Profissional – CHP, fundamentado na Resolução CFC nº1.637/2021. Esta formalidade dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador ou Técnico Contábil, o modelo da certidão encontra-se anexo a resolução;

i) Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de aptidão perante ao CFC, do profissional que realizou os documentos contábeis está apto para elaboração dos mesmos.

j) Deverá apresentar ainda, junto ao balanço, documento contendo a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) ou Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) em modo sped e Nota explicativa do balanço, todos devidamente conforme lei;

A demonstração das mutações do patrimônio líquido discriminará:

- 1) Os saldos no início do período;
- 2) Os ajustes de exercícios anteriores;
- 3) As reversões e transferências de reservas e lucros;
- 4) Os aumentos de capital discriminando sua natureza;
- 5) A redução de capital;
- 6) As destinações do lucro líquido do período;
- 7) As reavaliações de ativos e sua realização, líquida do efeito dos impostos correspondentes;
- 8) O resultado líquido do período;
- 9) As compensações de prejuízos;
- 10) Os lucros distribuídos;
- 11) Os saldos no final do período.

**Nota explicativa:** Justificamos a solicitação da DMPL e DLPA por tratar se de uma demonstração contábil para que possamos analisar melhor o balanço, pois esse documento evidencia todas as movimentações realizadas durante o exercício social nas contas que compõem o patrimônio líquido: reservas de capital, de lucros, de reavaliação, capital social e lucros ou prejuízos acumulados.

**11.31.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

**11.32.** Declaração de ME ou EPP, para empresas que estejam nessa condição e desejam se beneficiar da Lei Complementar nº 123/2006; (**ANEXO IV**).

a) As empresas que se enquadrem conforme Lei Complementar nº 123/06, e desejam se beneficiar desta, deverão anexar a declaração assinada por representante legal da empresa e/ou o contador da mesma, declarando expressamente que a empresa é ME ou EPP, e que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos no §4º do Artigo 3º da referida Lei. As declarações falsas estarão sujeitas as penalidades na forma da lei de licitações não excluindo as sanções da legislação penal;

a.1) A apresentação da declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

a.2) A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

### **11.33. DA CAPACIDADE TÉCNICA**

**11.34.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**11.35.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do

fornecedor e deverá apresentar pelo menos 01 (um) atestado ou certidão de capacidade técnica.

**11.35.1.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos, como por exemplo nota fiscal emitida ou fatura.

**11.35.2.** Declaração de que dispõe ou disporá, caso vencedora, de equipe técnica e estrutura operacional adequadas à plena execução do contrato.

**11.35.3.** Apresentação de comprovação de profissional(is) de nível técnico ou superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por serviços compatíveis com o objeto da licitação, devidamente registrado(s) em conselho de classe quando aplicável (ex.: CREA, CRQ, ou outro compatível).

**11.35.4.** Apresentação de ato de Outorga emitido pela ANATEL em favor do licitante.

**11.36.** A Contratada deverá adotar todas as práticas necessárias no fornecimento do item e estar em dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio destes produtos, seja da ordem fiscal, financeira, logística ou sustentável, ou outra que por ventura necessitar de acordo com as leis que regem este tipo de transação.

## **12. DA VIGÊNCIA E EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**12.3.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**.

**12.4.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**12.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**12.6.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**12.7.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**12.8.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

## **13. DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS RECEBIMENTO**

**13.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**13.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**13.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**13.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**13.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**13.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**13.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Da Liquidação e Prazo de pagamento**

**13.8.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos do art. 141 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.375/2023.

**13.9.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**13.10.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**13.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**13.12.** A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE;

#### **Condições de pagamento:**

**13.13.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento;

**13.14.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos entregues estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas, de acordo com o processo licitatório;

**13.15.** CONTRATADA deverá encaminhar ao Setor financeiro, até 05 dias úteis após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal/Fatura, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento;

**13.16.** A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela CONTRATANTE, o qual somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pelo FORNECEDOR, todas as condições pactuadas relativas ao objeto do presente Processo;

**13.17.** Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal ao FORNECEDOR e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

**13.18.** O SETOR FINANCEIRO / Prefeitura Municipal de Altamira e de suas Secretarias, de Altamira/PA terá o direito de descontar, das faturas, quaisquer débitos da CONTRATADA, em consequência de penalidades aplicadas.

#### **14. Sanções Administrativas**

**14.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**i** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**ii** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- iii** Dar causa à inexecução total do contrato;
- iv** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- v** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- vi** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- vii** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- viii** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- ix** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- x** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- xi** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- xii** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**14.2.1.** Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**14.2.2.** Multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.4 a 10.1.6

**14.2.3.** Multa de mora de 1 % (um por cento) por dia, sobre o valor contratado do item prejudicado por infração do subitem 10.1.7, limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total;

**14.2.4.** Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, por infração do subitem 10.1.3 (inexecução total do contrato).

#### **14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:**

- i** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- ii** as peculiaridades do caso concreto;
- iii** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- iv** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- v** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

**14.5.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**14.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Altamira/PA, 26 de março de 2026.

**Elaborado por:**

---

**HARLIANA DO SOCORRO FURTADO DINIZ**

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Matricula : 158806-6

**Ciente autorizo:**





PREFEITURA DE  
**ALTAMIRA**  
RENOVAÇÃO, UNIÃO E TRABALHO

---

**LOREDAN DE ANDRADE MELLO**

Prefeito Municipal de Altamira